



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 11 DE JULHO DE 2013 ATA Nº 03/2013

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Centro Comunitário Dr. João Bosco Mota Amaral, na freguesia de Água de Pau, sob a Presidência de Susana Goulart Costa, da Primeira Secretária da Mesa Olga Maria Rodrigues Borges Soares, e da Segunda Secretária Anabela da Silva Calisto. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Natália de Medeiros; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges e Gilberto Sousa Borges.

Não compareceram à sessão os membros Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Paulo Jorge Cimbron Varão, Pedro Miguel da Silva Monteiro e Albertina Maria Costa Oliveira, que justificaram as ausências.

Em representação do executivo camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal, João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D'Oliveira Ramos, Durval Carlos Almeida Faria, Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais, fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Assim, de imediato foi votada a ata da segunda sessão ordinária, respeitante ao dia 30 de abril de 2013, sendo aprovada por unanimidade.

De seguida, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida no período de 30 de abril a 11 de julho de 2013.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Junta de Freguesia de Água de Pau, na pessoa do seu Presidente, o facto de ter aceite o convite para realizar esta sessão da Assembleia Municipal no espaço concelhio daquela freguesia, terminando em Água de Pau as sessões abertas pelas freguesias do concelho de Lagoa.

De seguida informou que o Senhor Deputado Vasco Garcia dirigiu uma carta à Assembleia Municipal, a qual leu em voz alta e cujo teor se transcreve: "Tendo apresentado a minha demissão de militante do Partido Social Democrata em 2 de abril p.p., informo V. Exa. que concluirei o meu mandato na Assembleia Municipal na condição de Deputado Independente." A Assembleia tomou conhecimento.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar as boas noites à Mesa da Assembleia e a todos os deputados municipais e vereadores presentes, começando por pedir desculpa em nome da Câmara Municipal, pela sessão se encontrar a decorrer naquela sala, uma vez que não tinha sido essa a indicação que havia dado aos serviços, pois pretendia que a sessão se realizasse na sala polivalente, lamentando assim o sucedido.

De seguida, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Roberto Sousa, cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença dos mesmos na Vila de Água de Pau. Evidenciou que é a segunda vez que uma sessão da Assembleia Municipal ocorre naquela freguesia, tendo a primeira se realizado na sede da Junta de Freguesia de Água de Pau e a presente sessão no Centro Comunitário Dr. João Bosco Mota Amaral. Também ofereceu, em nome da Junta de Freguesia de Água de Pau, um CD com um espólio fotográfico com cerca de duas mil fotografias, resultado do trabalho dos últimos dezasseis anos, as quais retratam as paisagens e a vivência do povo de Água de Pau. Assim ficará a aguardar que até ao final do mandato, a Câmara Municipal de Lagoa promova a edição de um livro, com a publicação das referidas fotografias.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira cumprimentou todos os presentes e aproveitou a ocasião para dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau que esperava que o mesmo oferecesse um CD a todos os membros da Assembleia Municipal, pois não são menos importantes do que o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Salientou que pensava que esta Assembleia Municipal ia ter início com uma justificação da alteração da data da sessão do mês de junho para o mês de julho, pelo que, gostava de ser esclarecido sobre esta questão, dado que não vê qualquer motivo para essa alteração.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente alteração foi feita com anuência de todos os

partidos políticos representados nesta Assembleia. O motivo para o sucedido, prendeu-se com um conjunto de documentação que teve de ser preparada por auditores, referente à dissolução da Empresa Municipal de Lagoa, porque surgiram opiniões de várias entidades sobre o tipo de documentação necessária para a dissolução da Empresa Municipal de Lagoa, nomeadamente da DGAL, DROAP e juristas, cada qual com a sua interpretação, o que levou a que os mesmos não fossem preparados atempadamente, daí ter sido sugerida a alteração da data de junho para julho, para além de que, esta situação se encontra prevista na Lei.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a responsabilidade pela alteração da data da sessão foi sua, uma vez que, como os documentos não estavam preparados, teriam de fazer duas reuniões, a do mês de junho e depois realizar uma extraordinária em julho para deliberar sobre os assuntos relacionados com a dissolução da Empresa Municipal, pelo que entendeu por bem fundir as duas sessões, por uma questão de bom senso e também de contenção de despesa, porque todos estão cientes do custo de cada sessão da Assembleia Municipal. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os Deputados Municipais o facto de terem aceitado a alteração da data desta sessão.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges apresentou cumprimentos a todos os presentes, e referiu que ia expor dois assuntos: primeiro, que teria ficado mais agradado apenas com a justificação da senhora Presidente da Assembleia e não ter dado primazia ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder. Teria dignificado mais a Assembleia Municipal se tivesse sido apenas a Senhora Presidente da Assembleia Municipal a ter procedido à referida justificação, dado que reconhece que a mesma estaria habilitada para o fazer.

Como a presente legislatura está a terminar, optou por tecer uma consideração porque na próxima sessão poderá parecer descabido e eventualmente até poderá ser acusado de estar a fazer campanha eleitoral em local menos próprio. Assim, referiu que, durante os seus oito anos de mandato, mais concretamente nos últimos quatro, trabalhou para que esta Assembleia tivesse a dignidade que merecia e entende que houve algumas melhorias. Acrescentou que finda esta legislatura com o sentido de dever cumprido, um dever que o povo o mandatou. Apenas fica com pena que esta Assembleia Municipal não tivesse sido mais interventiva, esperando que as coisas melhorem nesse aspeto na próxima legislatura, para bem da democracia do concelho. Agradeceu a compreensão dos membros da Assembleia Municipal, pelo facto de, muitas vezes, as suas intervenções serem longas e aguerridas, mas antes assim do que longas e monótonas. Entrar e sair nesta Assembleia sem ter participado não teria sido dignificante, pois não foi para isso que foram eleitos e remunerados.

Foi com prazer que partilhou esses quatro anos com as bancadas do Partido Social-Democrata, CDS-PP e PS, com todas as divergências e convergências. Seria bom que todos os que possam vir a ser endossados de novo nesse cargo possam fazê-lo com sentido de zelo.

Por último, desejou as maiores felicidades aos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia que cessam funções. Apesar de tudo, de certeza, que procuraram fazer o melhor pelas suas

freguesias. Entende que nem sempre terão feito o melhor e por isso não se encontram sentados no mesmo “banco”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou sobre a atividade Camarária, de acordo com os documentos que foram disponibilizados a todos os deputados municipais.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira interveio para salientar que, na notícia sobre o 47º aniversário da elevação da Ribeira Chã a freguesia, vem mencionado o seguinte: “que o Senhor Presidente da Câmara, aproveitou também para enumerar algumas das situações que a autarquia gostaria de resolver, até ao final do mandato, sendo que uma das prioridades assenta na disponibilização de lotes para a construção de habitação, com vista à fixação de casais jovens e outra das prioridades é a situação da Rua de São José, relativamente à qual, já foi possível chegar a um acordo com os moradores”. Assim, questionou como está o processo da Rua de São José.

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a intervenção prevista passava pelo Governo Regional que avaliava as habitações e indemnizava os proprietários das moradias da Rua de São José para comprarem novas habitações. Todavia, esta situação não foi possível e o acordo agora conseguido, e que já foi aceite pelo Governo Regional, foi arranjar um terreno nas proximidades e fazer o respetivo estudo de viabilidade para que, no futuro, possam ser construídas moradias e desta forma fixar os casais jovens na freguesia da Ribeira Chã.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou se esta zona estava devidamente identificada para se construir lotes, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente.

PONTO N.º 2 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA – INTERNALIZAÇÃO DE PESSOAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta referente à internalização do pessoal da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., acompanhado do mapa de pessoal, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Em virtude do estatuído na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em 7 de fevereiro de 2013 foi deliberado dissolver a Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M.

Subsequentemente, irá ocorrer a liquidação de todo o seu património.

Porém, nos termos do previsto no artigo 65.º da referida Lei, a atividade da empresa local será objeto de internalização nos serviços das respetivas entidades públicas participantes.

Nestes termos, e na pendência do procedimento de dissolução e de liquidação da referida empresa e para assegurar o regular cumprimento das atividades da empresa local objeto de internalização, será necessário integrar os respetivos trabalhadores nesta Câmara Municipal.

Contudo, atendendo à necessidade de se:

- a) Proceder à alteração das estruturas orgânicas da Câmara Municipal que irão receber os trabalhadores provenientes da Empresa Municipal;
- b) Alterar o respetivo de mapa de pessoal e proceder às correspondentes alterações orçamentais;
- c) Alterar e atualizar software;
- d) Proceder a alterações de contratos programas em vigor e prestações de serviço;

e, ainda, o facto de estarmos a escassos três meses de eleições autárquicas - o que recomenda alguma prudência e cautela na concretização do processo de internalização por forma a, por um lado, evitar criar, nesta altura, grande instabilidade nos serviços, com prejuízo para as entidades envolvidas e para os munícipes que com elas se relacionam, e, por outro lado, assegurar uma correta e eficaz internalização dos serviços, por forma a assegurar a manutenção da qualidade dos serviços que diariamente são prestados.

Nestes termos, a referida internalização da Empresa Municipal de Lagoa só irá produzir efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e artigos 62.º e 65.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proponho que se delibere aprovar o seguinte mapa de pessoal desta Autarquia, no qual foram incluídos os 26 (vinte e seis) trabalhadores da Empresa Municipal de Lagoa, E.M. que irão assegurar o regular cumprimento das atividades da empresa local objeto de internalização, que irá ocorrer a partir do dia 1 de janeiro de 2014”.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que toda a explicação se encontra refletida nos documentos que foram disponibilizados. Acontece porém, que aquando do registo da dissolução da Empresa Municipal na Conservatória do Registo Comercial a mesma foi aceite, na condição de ser fornecida posteriormente mais informação, uma vez que a Lei não era clara sobre o tipo de informação a fornecer.

Esclareceu que, em termos práticos, irão ser celebrados acordos de cedência, que produzirão efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, ou seja, a partir daquela data todo o pessoal inicia funções na Câmara Municipal, o que, no seu entender, faz mais sentido do que agora.

Acrescentou ainda que o Tribunal de Contas não presta informação, a DGAL fornece informações mas com muitas reservas e à DROAP não vale a pena perguntar. Assim solicitou informação ao autor da referida legislação, que entretanto já não se encontra a exercer funções no Governo da República, que informou que os tramites seguidos pela Autarquia são os corretos, deixando-nos assim mais confiantes sobre essa matéria.

A principal dúvida era perceber se fazer essa internalização a partir de 1 de janeiro de 2014, seis meses depois da dissolução (agosto), poderia ser considerado como um ato nulo, mas como estamos a dois meses das eleições é preferível fazê-lo no início do próximo ano económico e não no final do corrente ano.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges questionou se essa internalização destina-se apenas ao pessoal cedido pela Câmara Municipal à Empresa Municipal ou se prevê todo o pessoal admitido pela EML, ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a internalização engloba todos os funcionários atualmente ao serviço daquela Empresa Municipal.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges questionou se existe alguém a contrato na Empresa Municipal, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal informado que existem situações de funcionários a recibos verdes, os quais não acarretam qualquer problema, dado que se tratam de situações de prestação de serviços. Acrescentou que apenas existe a situação de um funcionário que terá problemas pelo facto de não possuir as habilitações mínimas para a sua entrada na função pública.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário declarou ter constatado que o mapa de pessoal a aprovar por esse órgão deliberativo é para o ano financeiro de 2013, quando a internalização do pessoal da Empresa Municipal da Lagoa só ocorrerá a 1 de janeiro de 2014, pelo que gostaria de ser esclarecido sobre essa situação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o referido quadro de pessoal ficará aprovado, com a totalidade dos funcionários, não existindo qualquer irregularidade nesse procedimento.

A Deputada Municipal Filomena Carneiro pediu esclarecimentos sobre se o pessoal da Empresa Municipal de Lagoa, em regime de efetividade e o pessoal contratado, ao passar para o quadro da Câmara Municipal, vai ficar em regime de efetividade ou de contrato laboral, porque a alteração da situação prejudica o trabalhador, dado que não fica numa situação de segurança como aquela em que se encontrava anteriormente.

Sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que a Lei estipula é um contrato de cedência de interesse público pelo prazo de um ano e mantém os direitos e as regalias que tinham na Empresa Municipal, e no decorrer desse ano, esses trabalhadores

podem apresentar-se a concurso, equiparados a funcionários públicos. Em janeiro, a Câmara Municipal terá de abrir concursos correspondentes às categorias dos funcionários que venham da Empresa Municipal, podendo correr-se o risco de haver, em algumas categorias, funcionários que se encontram em mobilidade e que queiram ocupar algum dos lugares que esteja a concurso. Não acredita que essa situação se verifique nos Açores, podendo eventualmente suceder a nível de Portugal continental.

A Deputada Municipal Filomena Carneiro questionou se a antiguidade do trabalhador vai ser respeitada, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu que não.

A Deputada Municipal Filomena Carneiro frisou que os anos de serviço prestados na Empresa Municipal não vão contar para nada, assim, a carreira do funcionário irá começar do zero, tendo o senhor Presidente da Câmara referido que neste momento é o quadro que existe e só no início do próximo ano é que se vai debater mais profundamente sobre estas situações que até podem ser revistas pelo Senhor Secretário de Estado com um simples despacho de interpretação. Para tal seria apenas necessário que esse despacho previsse a dispensa do concurso, à semelhança do que aconteceu com o pessoal auxiliar de educação que transitou da administração central para os municípios.

O Deputado Municipal Gilberto Branquinho referiu que só lamenta que estejamos a discutir esse assunto, pois na conjuntura atual do país, não existe trabalho suficiente para quem quer trabalhar e as pessoas vivem com receio de perder o seu posto de trabalho. Antigamente as pessoas eram recrutadas pelo “saber fazer”, hoje em dia têm de possuir cursos superiores. Essa situação, no seu entender, é um recuo no desenvolvimento do país.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal interveio para referir que esta medida é importante para dar continuidade ao trabalho das entidades lagoenses, mde forma a salvaguardar o emprego das pessoas que moram e trabalham na Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções dos membros Paulo Jorge Borges e Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada e respetivo Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 3– VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÓNIO DA EML:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta referente à liquidação do património da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, nos termos do estatuído na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., será dissolvida, com a sua subsequente integração e internalização das respetivas atividades na Câmara Municipal de Lagoa.

Consequentemente, irá ocorrer a liquidação de todo o seu património, elencado infra:

ATIVO:

Imóvel	Morada	Descrito na Conservatória da Lagoa	Artigo Matricial	Valor Contabilístico a 31/12/2012
Aquafit – Piscina Coberta	Rua do Vigário º 1, Rosário	2601/2452	4292	1.813.370,00 €
Habitação Social	Rua de Cima nº 20, Santa Cruz	132	375	24.896,00 €

Investimento Financeiro	49% do capital social das Portas da Lagoa, S.A.	47.509,96 €
--------------------------------	--	-------------

PASSIVO:

Contratos de locação financeira da EML, E.M.

Nº Contrato	Instituição	Aquisição	Valor Contratualizado	Prestação	Início	Final	Duração
400096572	Millennium Bcp	Viatura Toyota Dyna	25.798,87 €	344,73 €	15-07-10	15-07-16	72 meses
350813	CGD	Viatura Mitsubishi	18.591,29 €	329,75 €	01-06-09	01-06-14	60 meses
100048863	CGD	Viatura Iveco	44.000,00 €	704,50 €	01-06-11	01-06-17	72 meses
347913	CGD	Habitação Rua dos Ferreiros n.º 1	35.000,00 €	266,53 €	05-06-09	01-06-24	180 meses
347910	CGD	Habitação Rua dos Ferreiros n.º 31	50.000,00 €	380,76 €	05-06-09	01-06-24	180 meses

Contratos de financiamento de médio e longo prazo (Obras) da EML, E.M.

Nº Contrato	Instituição	Investimento	Valor Contratualizado	Início	Final	Duração
9015006498491	CGD	Arranjo Urbanístico da Baixa d' Areia	847.000,00 €	01-10-10	01-09-35	300 meses
45294967323	Millennium Bcp	Pousada da Juventude de Lagoa	1.480.000,00 €	09-11-10	09-09-34	294 meses

Nestes termos, ao abrigo das minhas competências legais e do disposto no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e de Liquidação de Entidades Comerciais, proponho que se delibere proceder à liquidação do património da referida Empresa Municipal, ativo e passivo, nos termos legais, nomeadamente os previstos nas supra referidas leis, sem prejuízo de qualquer alteração superveniente das circunstâncias, concretamente:

1. Através da cessão à Câmara Municipal de Lagoa da posição contratual nos respetivos contratos de financiamento bancário, nos termos do artigo 68.º, n.º4, alínea c), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, ficando, assim, a Empresa Municipal de Lagoa desonerada de qualquer dívida e/ou encargo;

2. Consequentemente, os imóveis e os investimentos financeiros identificados supra, enquanto ativos restantes, serão reintegrados, de forma gratuita, no património da Câmara Municipal, entidade detentora da totalidade do capital social da dissolvida empresa”.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos membros Paulo Jorge Borges e Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1.º Cessão da posição contratual à Câmara Municipal nos seguintes contratos de financiamento bancário:

Contratos de locação financeira da EML, E.M.

Nº Contrato	Instituição	Aquisição	Valor Contratualizado	Prestação	Início	Final	Duração
400096572	Millennium Bcp	Viatura Toyota Dyna	25.798,87 €	344,73 €	15-07-10	15-07-16	72 meses
350813	CGD	Viatura Mitsubishi	18.591,29 €	329,75 €	01-06-09	01-06-14	60 meses
100048863	CGD	Viatura Iveco	44.000,00 €	704,50 €	01-06-11	01-06-17	72 meses
347913	CGD	Habitação Rua dos Ferreiros n.º 1	35.000,00 €	266,53 €	05-06-09	01-06-24	180 meses
347910	CGD	Habitação Rua dos Ferreiros n.º 31	50.000,00 €	380,76 €	05-06-09	01-06-24	180 meses

Contratos de financiamento de médio e longo prazo (Obras) da EML, E.M.

Nº Contrato	Instituição	Investimento	Valor Contratualizado	Início	Final	Duração
9015006498491	CGD	Arranjo Urbanístico da Baixa d' Areia	847.000,00 €	01-10-10	01-09-35	300 meses
45294967323	Millennium Bcp	Pousada da Juventude de Lagoa	1.480.000,00 €	09-11-10	09-09-34	294 meses

2.º Reintegração, de forma gratuita, no património da Câmara Municipal, do seguinte ativo imóvel e investimento financeiro:

Imóvel	Morada	Descrito na Conservatória da Lagoa	Artigo Matricial	Valor Contabilístico a 31/12/2012
Aquafit – Piscina Coberta	Rua do Vigário º 1, Rosário	2601/2452	4292	1.813.370,00 €
Habitação Social	Rua de Cima nº 20, Santa Cruz	132	375	24.896,00 €

Investimento Financeiro	49% do capital social das Portas da Lagoa, S.A.	47.509,96 €
--------------------------------	--	-------------

3.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 4 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES – TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO CONVENTO DOS FRANCISCANOS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo uma redução de 30% em relação às taxas aprovadas, que abaixo se transcreve:

“Considerando as atuais taxas de utilização do Convento dos Franciscanos sito à Rua de Santo António, na Freguesia de Santa Cruz, propostas na reunião de Câmara realizada a 12 de abril de 2013 e aprovadas na Assembleia Municipal de 30 de abril deste mesmo ano;

Considerando a possibilidade de atribuir um desconto para utilização da Sala Polivalente desse imóvel aos funcionários da Câmara Municipal e da Empresa Municipal de Lagoa, à semelhança do que se pratica em relação a outros equipamentos do Município, proponho uma redução de 30% em relação às taxas aprovadas.

Neste ponto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Gilberto Borges referiu que, fazendo uma leitura atenta ao artigo, constatou que a isenção de 30% é para os funcionários da Câmara Municipal e da Empresa Municipal de Lagoa, cuja empresa se está a liquidar, pelo que não tem qualquer justificação. Em sua opinião, entende que também devem ser englobados os funcionários das Juntas de Freguesia porque também são funcionários que trabalham em prol do desenvolvimento das freguesias.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, embora tenha sido aprovada a dissolução da Empresa Municipal, ainda há seis meses de atividade até ao final do corrente ano. Da sua parte não vê inconveniente na extensão dessa isenção aos funcionários das Juntas

de Freguesia, no entanto, em termos administrativos, desconhece se a Assembleia Municipal tem competência para alterar uma proposta aprovada em reunião camarária.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que referiu que percebeu o ponto de vista do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, no entanto, julga que deveria haver uma situação inversa, ou seja, os funcionários da Câmara Municipal e da Empresa Municipal de Lagoa também deveriam beneficiar da utilização dos espaços pertencentes às Juntas de Freguesia.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou que, desta vez, se iria antecipar, informando que se absterá na votação, porque está em causa a isenção de 30% apenas para os funcionários da Câmara Municipal e da Empresa Municipal de Lagoa. Não concorda com esse tipo de isenção porque um cidadão comum também paga os seus impostos, sem direito a descontos.

Sobre o assunto a Senhora Presidente da Assembleia Municipal alertou que o que está a ser votado é a isenção de 30% nas taxas de utilização do Convento dos Franciscanos para os funcionários camarários, da Empresa Municipal e das Juntas de Freguesia, conforme proposto nessa Assembleia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Paulo Jorge Borges e Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que passa a incluir na sua redação os funcionários das Juntas de Freguesia do Concelho;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 5 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES – TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA SALA POLIVALENTE DO CENTRO COMUNITÁRIO JOÃO BOSCO MOTA AMARAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a aprovação de taxas de utilização para a Sala Polivalente do Centro Comunitário João Bosco Mota Amaral, que abaixo se transcreve:

“Considerando que o Centro Comunitário João Bosco Mota Amaral, na Vila de Água de Pau, dispõe de uma sala polivalente que permite a realização de festas de casamentos, batizados e aniversários;

Considerando que a utilização do referido espaço por parte da comunidade, implicará uma utilização contínua, sendo necessário à Câmara Municipal de Lagoa assegurar a limpeza e a segurança inerente à utilização em causa;

Considerando a necessidade de serem efetuados trabalhos de manutenção, conservação e supervisão que garantam uma boa utilização do imóvel e dos seus equipamentos, o que implicará a afetação de recursos humanos para o efeito, assim como terão de ser considerados os custos com iluminação, gás e água;

Proponho que a Câmara Municipal de Lagoa aprove as seguintes taxas de utilização para a sala polivalente do Centro Comunitário João Bosco Mota Amaral:

Eventos culturais ou sociais organizados por instituições com sede no Concelho.....Gratuito

Eventos culturais ou sociais organizados por instituições de fora do Concelho.....150,00 €

Eventos organizados por particulares:

Valor do aluguer da sala até às 24h00100,00 €

Valor/hora após as 24h0020,00 €"

Foi igualmente proposto, a atribuição de um desconto de 30% para utilização da Sala Polivalente desse imóvel aos funcionários da Câmara Municipal e da Empresa Municipal de Lagoa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Gilberto Borges salientou que, à semelhança do ponto anterior, entende que os funcionários das Juntas de Freguesia também devem usufruir dos 30% de desconto nas taxas de utilização da sala polivalente do Centro Comunitário João Bosco Mota Amaral.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que ao tomar conhecimento dessa proposta, inicialmente julgou-a inofensiva, mas como se costuma dizer "da discussão sai a luz". Foi eleito para representar as populações e realçou que não tem nada contra os referidos funcionários, mas fazendo agora uma análise aprofundada dessa proposta, verifica-se que estendendo-se essa isenção aos funcionários camarários, aos da Empresa Municipal e aos das Juntas de Freguesia, provavelmente teremos cerca de 70% da população a beneficiar dessa regalia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por esclarecer que a interpretação dada pelo Senhor Deputado Municipal Roberto Oliveira não estava correta, pois a isenção destina-se apenas e somente ao funcionário e não aos seus familiares, referindo a título de exemplo que um funcionário poderá beneficiar dessa isenção para a realização de um batizado ou casamento de um filho, mas por sua vez, o filho, se pretender realizar esse tipo de evento, já não beneficiará desse mesmo desconto.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira lembrou que estamos no final da legislatura e ao aprovar agora essas isenções, existe o risco das mesmas virem a ser alteradas no próximo mandato.

Sobre o assunto a Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a isenção se destina apenas aos funcionários e não é extensível às suas famílias, ao que o Deputado Municipal Roberto Oliveira respondeu que julga que todos perceberam o seu ponto de vista.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou que, neste ponto, fará a mesma declaração de voto do ponto anterior, ou seja, irá abster-se, porque não concorda com esse tipo de isenção. Se houve críticas ao Governo por ter criado um regime de exceção que permitiu o aumento dos seus salários encontramos-nos nós também a criar uma exceção que beneficiará apenas alguns.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário Gilberto Borges referiu que, quando a Senhora Presidente da Assembleia colocou este assunto à votação, ninguém se estava a opor, mas quando sugeriu o alargamento aos funcionários das Juntas de Freguesia começaram a surgir questões.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou que tem por hábito fazer sempre uma declaração para justificar o seu sentido de voto. Não sabia que o Senhor Gilberto Borges era “adivinho” ou tinha uma “bola de cristal” para saber aquilo que pensa. Não é bom fazer-se especulações sobre uma coisa que não fez, até porque aquando da sua intervenção referiu que se iria adiantar.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que nos encontramos num espaço democrático, onde é saudável a troca de ideias e opiniões.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira realçou que “da discussão sai a luz” e considera que o seu contributo foi valioso.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Paulo Jorge Borges, André Almeida e Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que passa a incluir na sua redação os funcionários das Juntas de Freguesia do Concelho;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 6 – VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E CASA MORTUÁRIA DE LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal e Casa Mortuária de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

No ano de 2012 deu-se início à construção da obra da Casa Fúnebre e Capela do Cristo Ressuscitado, na freguesia de Água de Pau.

No dia 20 do mês de abril do ano de 2013, inauguraram-se as referidas instalações.

Sucedem que as regras de utilização e respetivos custos não estão regulamentados, porquanto, por se tratar de uma obra recente, ainda não constam do Regulamento do Cemitério e Casa Mortuária de Lagoa.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º7, do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, proponho que se delibere aprovar o aditamento do artigo 66.º-A ao Regulamento do Cemitério e Casa Mortuária de Lagoa, e alteração da Tabela Anexa, com inclusão das respetivas taxas, que terão a seguinte redação:

Artigo 66-A.º

Casa Fúnebre e Capela do Cristo Ressuscitado

- 1.** A Casa Fúnebre e Capela do Cristo Ressuscitado situa-se no Centro Comunitário João Bosco Mota Amaral, na Rua Professor João Ferreira da Silva, freguesia de Água de Pau;
- 2.** Durante a realização das cerimónias fúnebres a manutenção e boa utilização do espaço é da responsabilidade da empresa funerária encarregue pelos serviços fúnebres.
- 3.** A Casa Fúnebre, Capela e seus equipamentos deverão ser entregues nas mesmas condições em que foram aceites.

Tabela Anexa

Utilização das Capelas e Casa Mortuária/Fúnebre

Capelas do Concelho: Por cada período de 24 horas e fração, excetuando a primeira hora - 15,00€

Casa Mortuária/Casa Fúnebre: Por cada período de 24 horas e fração - 25,00€."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e um presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta de alteração do Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária de Lagoa, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 7 – PARECER – REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que foi solicitado pela Secretaria Regional da Saúde parecer à proposta do Governo Regional, relativa à Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, devendo ser dada resposta até ao próximo dia 16 de julho.

Entendeu que a Assembleia Municipal não se deveria pronunciar sobre o documento na sua totalidade, mas apenas no referente ao nosso concelho. Informou que elaborou uma proposta, que já foi discutida com os deputados do PP e do PSD.

O Senhor Deputado Municipal Vasco Garcia perguntou qual o rácio entre o número de médicos de família e a população e se esse rácio é favorável comparativamente aos outros concelhos?

Acrescentou ainda que seria de extrema importância a inclusão do concelho de Lagoa na futura rede regional no que respeita aos cuidados continuados e paliativos. Relembrou que existem IPSS no concelho, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Lagoa, que provavelmente terão estruturas físicas, que podem ser readaptadas para prestar estes cuidados.

Mais informou que os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa disponibilizam um serviço médico e é sua intenção fazer essa divulgação, numa altura em que estão a preparar a alteração aos estatutos dos Bombeiros Voluntários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os rácios entre o número de médicos de família e o número de habitantes são mais ou menos iguais em todos os concelhos. O mais importante é o número de consultas e a informação que possui é que melhorou muito. Numa visita recente que fez à Unidade de Saúde de Lagoa, pôde constatar que é possível marcar uma consulta urgente para o próprio dia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o tempo médio de espera para uma consulta é de doze dias e que mesmo os utentes que não têm médico de família são atendidos por um médico que presta serviço na Unidade de Saúde de Lagoa, precisamente para estes pacientes.

A Deputada Municipal Filomena Carneiro salientou que era bom que a Câmara Municipal insistisse, dado o número de habitantes do concelho de Lagoa, que tivesse um Centro de Saúde e não uma extensão do Centro de Saúde de Ponta Delgada. Doze dias à espera de uma consulta é muito tempo para quem não tem recursos financeiros para ir ao médico na privada. Considera da maior importância a defesa de um psicólogo de saúde em vez de um psicólogo clínico, pois é mais necessário e mais abrangente. São esses dois pontos que gostaria que a Assembleia Municipal defendesse.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges referiu que a bancado do PSD dá o seu contributo na sequência da intervenção do Deputado Municipal Vasco Garcia, no sentido de colmatar a lacuna de médicos de família no concelho, pois considera importante o aumento do número de médicos de família.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que concorda com o documento em causa, devendo juntar-se a proposta do PSD, pois com esse complemento fica certamente mais rico. Informou que iria votar favoravelmente esta proposta da Assembleia Municipal de Lagoa, embora julgue que não era isso que o Senhor Secretário Regional da Saúde pretendia, o que era pretendido era que fosse debatida a proposta apresentada pelo Governo Regional.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal frisou o facto de que, apesar de muitas famílias não terem médico de família, ainda há a questão de 20 a 30% de falta de comparência às consultas. A falta de médicos de família não implica que não haja consultas, dentro de um período de tempo razoável, pode é não ser o seu médico, como é sempre preferível uma vez que este é que conhece o historial médico do doente.

Quando se defende que devíamos ser autónomos e ter o nosso próprio Centro de Saúde, o que está em causa é a proximidade a Ponta Delgada e neste ponto, estamos melhor do que a Ribeira Grande, pelo que é preciso apostar na medicina preventiva.

O contrato de prestação de serviços com um médico tem sido revisto consoante as prioridades, neste momento centra-se nos toxicodependentes, idosos e na freguesia da Ribeira Chã, estende-se aos doentes acamados, mas disse que a Dra. Elizabete Tavares poderia esclarecer melhor uma vez que é a Empresa Municipal de Lagoa a responsável por essa iniciativa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Dra. Elizabete Tavares que informou que, quando a Empresa Municipal de Lagoa assumiu a prestação do serviço médico, este era prestado exclusivamente na freguesia do Cabouco, tendo sido estendido às freguesias do Rosário, Água de Pau e Ribeira Chã. Após ter sido feito o perfil das necessidades dos utentes, este serviço passou a destinar-se aos utentes sem médico de família, beneficiários do rendimento de inserção, adolescentes em idade fértil e idosos acamados. Foram “afunilando” as necessidades e neste momento mais de 50% da prestação de serviços está direcionada para os toxicodependentes e agora visa um “público-alvo” que a Unidade de Saúde não consegue atingir e pode-se considerar uma aposta ganha.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Gilberto Borges, enumerou várias alíneas da proposta, mas focando os cuidados continuados/paliativos, realçou que além da necessidade de mais médicos de família, também são precisos mais enfermeiros para se poder dar uma resposta eficaz, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecido que o aumento do número de enfermeiros está inerente ao aumento do número de médicos de família e à prestação de serviços de cuidados paliativos.

O Senhor Deputado Municipal Vasco Garcia referiu que a pretensão da Lagoa ter um Centro de Saúde autónomo, embora sendo uma pretensão válida, não deveria ser incluída no presente parecer.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o parecer da Assembleia Municipal de Lagoa a enviar ao Senhor Secretário Regional da Saúde referente à reestruturação do Serviço Regional de Saúde, mantendo a estrutura base do documento já

elaborado e acrescentando o contributo proposto pela bancada do PSD, nomeadamente no que concerne ao aumento do número de médicos de família. Deste modo, o documento proposto à votação foi o seguinte:

“Na sequência do repto lançado pelo Governo Regional dos Açores, que visa auscultar diversos órgãos deliberativos com exercício na Região Autónoma dos Açores no que respeita a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, a Assembleia Municipal de Lagoa considera imprescindível que a Unidade de Saúde de Lagoa, dependente do Centro de Saúde de Ponta Delgada, continue a assumir a sua missão, prestando cuidados com o mesmo elevado nível de qualidade, quer no que respeita a sua eficácia (ao nível dos cuidados preventivos, com especial ênfase na promoção da saúde) quer no que concerne a celeridade da resposta (ao nível dos cuidados curativos) aos cerca de 15.000 habitantes do concelho (cf. Censo de 2011).

Neste contexto populacional, é particularmente relevante o número de idosos residentes em Lagoa (cerca de 1400 habitantes com idades superiores aos 65 anos de idade) e o número de crianças e jovens (cerca de 3000 indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos de idade).

Não pode a Assembleia Municipal de Lagoa deixar de estar sensível às necessidades fundamentais de uma população em maturação e, em particular, ao direito dos munícipes a um envelhecimento de qualidade. Nesta perspectiva, o município de Lagoa tem desenvolvido todos os esforços no sentido de fomentar condições promotoras de um bem-estar global de todos os lagoenses, com destaque para os mais vulneráveis (idosos).

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lagoa-Açores, em reunião datada de 11 de julho de 2013, deliberou, por unanimidade, propor ao Sr. Secretário Regional da Saúde as seguintes medidas que, na nossa perspectiva, permitem otimizar as estruturas e os equipamentos já existentes no concelho de Lagoa, apenas sendo necessário reforçar o índice quantitativo dos recursos humanos. Deste modo, solicitamos:

- a) a manutenção das extensões da Unidade de Saúde de Lagoa , nomeadamente Água de Pau, Cabouco e Ribeira Chã;
- b) O alargamento do horário de atendimento da US Lagoa (Sede) até às 20:00, tal como está assumido no documento para as US Intermédias;

- c) a ampliação dos serviços prestados à população ao nível de outros cuidados de saúde, nas áreas da nutrição clínica e da psicologia;
- d) o aumento da capacidade de resposta dos cuidados na área da medicina dentária, com a rentabilização dos equipamentos já existentes ao longo de todo o horário de expediente da Unidade de Saúde de Lagoa;
- e) o reforço dos esforços para colmatar a lacuna crónica de médicos de família no município;
- f) a inclusão do concelho de Lagoa na futura rede regional no que respeita aos cuidados continuados e paliativos. Este último aspecto parece-nos de particular relevância, observando as necessidades efectivas de uma comunidade geriátrica crescente. Acresce lembrar que as estruturas físicas existentes no Concelho (nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia de Lagoa), podem ser reequacionadas para estes cuidados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e um presentes:

- 1.º** Aprovar o parecer da Assembleia Municipal de Lagoa referente à Reestruturação do Serviço Regional de Saúde;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 8 – OUTROS ASSUNTOS

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Roberto Sousa informou que queria dirigir um grande elogio à Câmara Municipal de Lagoa pela obra do Centro Comunitário Dr. João Bosco Mota Amaral, mais precisamente pela utilidade que se deu àquele edifício, com a escolha de várias instituições da freguesia para ocupar o espaço, a excelente sala polivalente, o futuro posto de saúde e a feliz iniciativa de criar a Casa Mortuária. O fim que foi dado ao edifício e a forma como toda a obra foi executada, com “pessoal da casa”, bem como, por pessoal ao abrigo dos programas ocupacionais PROSA, CTT’s E FIOS, foi um verdadeiro exemplo de que a Lagoa continua a fazer obra e, na sua opinião, vivemos no melhor concelho da Ilha de S. Miguel, pois na Lagoa as pessoas vivem mais felizes, dotadas de mais condições comparativamente aos outros concelhos.

O Senhor Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que a sua intervenção vem, mais ou menos, no seguimento da do senhor Roberto Sousa. O aproveitamento deste edifício a Centro Comunitário João Bosco Mota Amaral foi um ponto alto deste mandato, além de embelezar a

zona, veio albergar várias associações de Água de Pau, desde o Grupo de Escoteiros, o Grupo Folclórico, o Grupo de Cantares, que em conjunto com a Banda Filarmónica Fraternidade Rural, com o Santiago Futebol Clube, com a Casa do Povo, com a Igreja e com a Comissão Fabriqueira, “abraçam” hoje a Vila de Água de Pau. Todos esses movimentos se interligam e trabalham para a comunidade de Água de Pau, com uma série de eventos, tais como: o Festival de Marchas, o Cortejo Etnográfico, a Semana Cultural, a Festa de Nossa Senhora dos Anjos, Festival da Caloura, Corrida Mais Louca, o Natal e a passagem de ano que se comemora vivamente naquela freguesia, fazendo com que Água de Pau esteja sempre em festa com uma série de iniciativas que arrasta muita gente a esta Vila. Não pode deixar de enaltecer toda a conjugação de forças que ali se verifica.

A Câmara Municipal tem-se colocado ao lado das iniciativas da população e nesses encontros toda a freguesia participa com um elevado número de pessoas, onde se vende mais, aumentando assim o comércio local, pois o mercado da saudade responde. Na sua opinião, a vila Água de Pau dá o exemplo do que é apostar nos costumes e tradições.

Informou ainda que há que enaltecer o senhor Presidente da Junta de Freguesia, que é seu amigo e que, por vezes, é um bom presidente de Junta, pois nem sempre estiveram de acordo em algumas situações. Espera que Água de Pau sirva de exemplo a outras comunidades e que essa vivência se espalhe por todo o concelho.

De seguida, o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges comentou que, talvez tenha sido coincidência, mas foi com muito agrado que viu essa sessão da Assembleia Municipal ser mais interventiva, pois considera que deveria ter sido assim desde o início.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que gostaria de realçar o bom trabalho que o senhor Presidente da Junta de Freguesia tem feito na promoção e no desenvolvimento da sua freguesia tendo como parceira ativa a Câmara Municipal. É certo que nem sempre estiveram de acordo, mas sempre se entenderam em relação aos resultados obtidos. Julga que é devida uma palavra de gratidão em nome do município, não só ao senhor Roberto Sousa, mas também a todos aqueles que o acompanham, pelo trabalho desenvolvido, que com poucos recursos fizeram com que essa terra tenha um desenvolvimento semelhante ao de outras freguesias do concelho.

Tem dito, por diversas vezes, noutras intervenções que, a Câmara Municipal não investe só nos centros urbanos e é notório o desenvolvimento que há em todas elas, o que nem sempre acontece nos outros concelhos. Foram criadas condições que permitiram a fixação de pessoas, as quais desfrutam de uma maior qualidade de vida. As opções são sempre criticáveis, mas quem tem o mandato de decidir, decide em consciência e pelo melhor das suas freguesias, apesar de nem sempre corresponder à expectativa de algumas pessoas.

Gostaria de deixar uma palavra de estímulo e confiança aos novos executivos que serão eleitos em 29 de setembro de 2013 para estarem à altura das expectativas da população que irão

servir, que como se sabe, neste tempo de dificuldades, as expetativas são muitas e os recursos poucos.

Gostaria também de referir que, ao longo dos últimos 8 anos, tudo tem feito para procurar desenvolver a Vila de Água de Pau e dar melhor qualidade de vida à sua população, destacando os principais investimentos do executivo na freguesia, nomeadamente: a construção de 32 apartamentos a custos controlados no Paúl; a construção da nova sede do Santiago Futebol Clube; a ampliação da sede da Banda Filarmónica; a construção da 2.^a fase do loteamento Maria dos Anjos do Amaral; o Saneamento Básico de toda a freguesia (novos pavimentos, passeios, rede de águas e esgotos pluviais e domésticos); a ETAR; a requalificação da Baixa D'Areia; a requalificação da zona exterior ao bar da Caloura; a adaptação da antiga escola a Centro Comunitário Dr. João Bosco Mota Amaral, transferindo-se para aí as sedes das associações da freguesia, a Capela Mortuária, um espaço polivalente para a comunidade, a cedência de salas para o Centro de Saúde Água de Pau; o apoio às obras da Casa do Povo; o apoio a muitas habitações no âmbito da habitação degradada (Água de Pau era das freguesias com maiores carências habitacionais e quando o senhor Roberto Sousa entrou para a Junta de Freguesia fez um grande trabalho ao nível de dotar todas as habitações de casas-de-banho, mas continua a verificar-se muitos problemas, nomeadamente ao nível da sobrelotação, uma área que merece muita atenção no futuro e que exige muitos recursos); a construção do novo acesso à Caloura; a construção do parque de estacionamento na Travessa do Mercado; a Requalificação do Miradouro do Monte Santo; a colocação de um Piso Sintético no Campo de Jogos; a Requalificação da Praça da República; a construção da Mercearia Central; o apoio às obras da Paróquia de Nossa Senhora dos Anjos, em que já se procedeu à recuperação de uma casa e atualmente estamos a executar obras de beneficiação no salão paroquial.

Relembrou que quando chegou à Câmara Municipal, a freguesia de Água de Pau estava atrasada comparativamente com as outras freguesias do concelho, mas conseguiu, com sucesso, a recuperação dessa vila. A população de Água de Pau é diferente da das restantes freguesias, pois é um povo muito festeiro, onde as instituições são muito participativas.

Tem pena de acabar o mandato sem ter concluído a obra de requalificação do Auditório Ferreira da Silva, um equipamento que numa freguesia como a de Água de Pau faz todo o sentido. Chegou a avançar-se com a obra, por administração direta, mas depois ocorreu um acidente de trabalho, tendo-se verificado a existência de amianto nas telhas, exigindo a elaboração de um novo projeto, pelo que as obras vão ficar paradas, ficando um projeto para o próximo mandato. Orgulha-se de grandes dois feitos na freguesia de Água de Pau, um deles foi sem dúvida a obra de saneamento básico em toda a freguesia e o outro foi a alteração de trânsito para um só sentido na Rua dos Ferreiros, que na altura foi uma medida muito contestada, mas que agora é impensável voltar a ter dois sentidos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu às três freguesias que permitiram a realização das sessões fora do espaço urbano, nomeadamente Ribeira Chã, Cabouco e Água de

Pau, fazendo um balanço positivo das sessões e apontando como ponto negativo a falta de participação das comunidades das freguesias, pois era esse o objetivo, de forma a conhecer-se de forma mais minuciosa as preocupações locais. Referiu ainda que a Câmara Municipal de Lagoa merece uma justa homenagem, na pessoa do seu Presidente, extensivas a todos os seus colaboradores, por todo o apoio logístico prestado para que fosse possível realizar as sessões da Assembleia Municipal nas referidas freguesias.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Sendo vinte e três horas, foi dada por encerrada esta sessão pela Presidente da Assembleia Municipal e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos os Deputados Municipais, Vereadores da Câmara Municipal e ao seu Presidente e em particular ao Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, anfitrião desta reunião.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA